

**...continuação** **CRVR - Riograndense Valorização de Resíduo S.A.** (anteriormente denominada **Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos Ltda.**) - CNPJ nº 03.505.185/0001-84

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

|                                       |   |
|---------------------------------------|---|
| Ativos financeiros a VJR              | Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.   |
| Ativos financeiros a custo amortizado | Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.            |
| Instrumentos de dívida a VJORA        | Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. |
| Instrumentos patrimoniais a VJORA     | Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.                          |

**(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** A Empresa não operou com instrumentos financeiros derivativos e, por consequência, não foi requerida a aplicar contabilidade de hedge nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 em suas demonstrações financeiras. **(vi) Capital social: Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **h. Redução ao valor recuperável ("Impairment"): a. Ativos financeiros não-derivativos:** A Empresa determina as variações de risco de crédito de seus clientes, principalmente, no que tange aos clientes públicos, por meio da análise de rating divulgada por agências de risco, bem como avaliação da situação de capacidade de pagamento da contraparte baseada em seu orçamento e manutenção de pagamentos a outras entidades. **Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e • ativos de contrato. A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas. A Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos de atraso. Em sua análise, a Empresa determina as variações de risco de crédito de seus clientes, principalmente, no que tange aos clientes públicos, por meio da análise da situação de capacidade de pagamento da contraparte baseada em seu orçamento e manutenção de pagamentos a outras entidades da Empresa. A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito; a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos. O risco de inadimplência da contraparte é avaliado com base na evidência de dificuldade financeira significativa da contraparte como por exemplo extensão do prazo médio de recebimento, caso de falência, impactos econômicos no segmento de atuação, entre outras. Para a carteira de clientes privados, um título vencido acima de 60 dias enquadra-se no cenário de inadimplência. Já no caso de clientes públicos, determinado título será considerado inadimplente acima de 180 dias. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias; • reestruturação de um valor devido a Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial.** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos. **b. Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não são o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. **i. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores es-

timativas do risco envolvido. **Provisão para riscos cíveis, trabalhista e fiscal:** Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, registradas no passivo não circulante. **Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro:** Representa o provisionamento dos custos de fechamento e pós-fechamento das áreas ocupadas com resíduos até as datas dos balanços, em conformidade com o CPC 25/IAS 37. Os principais aspectos contábeis estão resumidos a seguir: • As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco de longo prazo de 25,56% em 2021 (9,54% em 2020); e • As estimativas de custos são revisadas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados. **Provisão de recuperação operacional do sistema de aterro:** A provisão constituída tem como base o custo médio de transporte e tratamento é com base em estimativas de preços das opções disponíveis, no caso de transporte deve-se considerar o custo/m3 do serviço terceirizado ou com equipamento próprio. No caso do tratamento deve-se considerar a estimativa de preços das opções disponíveis, tais como osmose reversa, estações de tratamento próprias ou de terceiros devidamente licenciados. **j. Ativos não circulantes mantidos para venda:** A Empresa classifica ativos um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Estes ativos não circulantes e mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídas as financeiras e os tributos sobre o lucro. Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. O nível hierárquico de gestão apropriado da Empresa está comprometido com o plano de venda do ativo, tendo sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e conclusão do plano em até um ano a partir da data da classificação. **7. Novas normas e interpretações:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 - Contratos de seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro, que substituiu o CPC 11/IFRS 4 - Contratos de Seguro). A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. Essa norma não se aplica à Empresa. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábeis". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R11)) e IFRS Practice Statement 2 *Making Materiality Judgments*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa. **8. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: a. Gerenciamento dos riscos financeiros:** Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa para cada um dos riscos abaixo, os objetivos da Empresa, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos financeiros e gerenciamento do capital da Empresa. As atividades da Empresa o expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de câmbio, risco de taxa de juros, risco de contrato de concessão e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho da Empresa tem a responsabilidade global pelo gerenciamento dos riscos financeiros. Compete à diretoria financeira definir as políticas, práticas de avaliação e propor medidas mitigadoras de tais riscos, que devem ser aprovadas e acompanhadas pelo Conselho. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Empresa não operou instrumentos financeiros derivativos. **(i) Risco de Mercado: Risco de câmbio:** As operações efetuadas pela Empresa são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial. **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Empresa decorre, substancialmente, de empréstimos e de financiamentos. As captações são efetivadas majoritariamente com taxas de juros baseadas em cestas de índices pré fixados e spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço. A Empresa realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

| Exposição patrimonial         | Taxa de juros média - Expo-sição em RS | Cenários     |               |              |              |                |                |
|-------------------------------|--|--------------|---------------|--------------|--------------|----------------|----------------|
|                               |  | I- Pro-vável | II - 25%      | III - 50%    | IV - (25%)   | V - (50%)      |                |
| Caixa e equivalentes de caixa | 2.296                                  | CDI          | 2.296         | 2.349        | 2.402        | (2.349)        | (2.402)        |
| Empréstimos e financiamentos  | 27.982                                 | 16,01%       | 27.982        | 29.102       | 30.222       | (29.102)       | (30.222)       |
| Títulos e valores mobiliários | 2.722                                  | CDI          | 2.722         | 2.785        | 2.848        | (2.785)        | (2.848)        |
| <b>Eleito no resultado</b>    |  |              | <b>33.000</b> | <b>1.236</b> | <b>2.472</b> | <b>(1.236)</b> | <b>(2.472)</b> |

  

| Exposição patrimonial        | Taxa de juros média - Expo-sição em RS | Cenários     |               |            |            |              |              |
|------------------------------|--|--------------|---------------|------------|------------|--------------|--------------|
|                              |  | I- Pro-vável | II - 25%      | III - 50%  | IV - (25%) | V - (50%)    |              |
| Empréstimos e financiamentos | 31.131                                 | 6,60%        | 31.131        | 31.233     | 31.336     | 31.029       | 30.926       |
| <b>Eleito no resultado</b>   |  |              | <b>31.131</b> | <b>102</b> | <b>205</b> | <b>(102)</b> | <b>(205)</b> |

Este risco surge da possibilidade que a Empresa pode sofrer perdas devido a flutuações nos índices (TJLP, SELIC), aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos. A Empresa monitora os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir sua dívida. **Risco de preços:** Os valores das tarifas dos serviços prestados são, na maioria dos contratos de concessão, reajustados anualmente com base na variação do IGP-M e em índices definidos no contrato, devendo ser levado em consideração as variações dos custos dos serviços em relação ao mercado de atuação e às características próprias da concessão. O contrato de concessão deve permitir que serviços e tarifas sejam periodicamente revisados, de modo a manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e não prejudicar a qualquer uma das partes envolvidas. **(ii) Risco de realização de crédito:** Risco

de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Empresa. Para mitigar o risco de possibilidade da Empresa ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Empresa adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. Para contas a receber de clientes, a maior parte do saldo refere-se a clientes públicos cuja prestação de serviço ocorre por meio de contrato de concessão. As condições de recebimento são definidas no momento da assinatura do referido contrato. A Empresa avalia as condições pré-existent no processo de contratação, bem como uma análise de liquidez do contratante para garantir que o risco de crédito seja mitigado no decorrer da vigência do contrato. Em relação aos clientes privados, a Empresa limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de dois meses, além de realizar uma análise cadastral e de crédito para financiamento interno de seus clientes. Adicionalmente, a carteira de clientes é diversificada. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

| Nota explicativa                        | 2021          | 2020          |        |
|---|---------------|---------------|--------|
| Caixa e equivalentes de caixa           | 10            | 2.296         | 18.024 |
| Títulos e valores mobiliários           |               | 2.722         | 2.471  |
| Contas a receber                        | 11            | 57.350        | 53.920 |
| Mútuos a receber de partes relacionadas | 22            | 27.596        | 20.354 |
| Outras contas a receber                 |               | 1.599         | 1.923  |
|   |               | -             | 1      |
|   | <b>91.563</b> | <b>96.693</b> |        |

| Em 31 de dezembro de 2021            | Menos de 1 ano | Entre 1 e 2 anos | Entre 2 e 5 anos | 5 anos ou mais | Valor projetado | Valor contábil |
|--------------------------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|-----------------|----------------|
| Empréstimos e financiamentos (a)     | 13.469         | 9.334            | 12.357           | -              | 35.160          | 27.982         |
| Fornecedores                         | 17.605         | 6                | -                | -              | 17.611          | 17.611         |
| Outras contas a pagar                | 8              | -                | -                | -              | 8               | 8              |
| Mútuos a pagar a partes relacionadas | -              | 258              | -                | -              | 258             | 258            |
| Dividendos a pagar                   | 20.182         | -                | -                | -              | 20.182          | 20.182         |
|                                      | <b>51.264</b>  | <b>9.598</b>     | <b>12.357</b>    | -              | <b>73.219</b>   | <b>66.041</b>  |

| Em 31 de dezembro de 2020            | Menos de 1 ano | Entre 1 e 2 anos | Entre 2 e 5 anos | 5 anos ou mais | Valor projetado | Valor contábil |
|--------------------------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|-----------------|----------------|
| Empréstimos e financiamentos (a)     | 11.235         | 10.011           | 20.887           | -              | 42.133          | 31.131         |
| Fornecedores                         | 18.642         | -                | -                | -              | 18.642          | 18.642         |
| Outras contas a pagar                | -              | -                | -                | -              | -               | -              |
| Mútuos a pagar a partes relacionadas | -              | 213              | -                | -              | 213             | 213            |
| Dividendos a pagar                   | 265            | -                | -                | -              | 265             | 265            |
|                                      | <b>30.142</b>  | <b>10.224</b>    | <b>20.887</b>    | -              | <b>61.253</b>   | <b>60.251</b>  |

(a) Diferê do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso. **b. Gerenciamento de capital:** Os objetivos da Empresa durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir os custos. Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Empresa, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de lucros, emitir novas ações ou reduzir capital. A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A Empresa adota o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar a performance do seu capital. Esse índice é obtido mediante a divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total de passivos circulantes e não circulantes, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa. O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 2020 pode ser apresentado conforme demonstrado abaixo:

|  | 2021           | 2020          |
|--|----------------|---------------|
| Total do passivo circulante e não circulante | 157.638        | 115.557       |
| (-) caixa e equivalentes de caixa            | (2.296)        | (18.024)      |
| (-) aplicação financeira                     | (2.722)        | (2.471)       |
| <b>Dívida líquida</b>                        | <b>152.620</b> | <b>95.062</b> |
| Patrimônio líquido                           | 85.255         | 92.132        |
|  | <b>1,79</b>    | <b>1,03</b>   |

**c. Valor justo dos instrumentos financeiros:** Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão demonstrados a seguir:

| Hierarquia do valor justo                  | Categoria | 2021             |               | 2020            |               |               |
|--|-----------|------------------|---------------|-----------------|---------------|---------------|
|  |           | Valor Con-tábil  | Valor justo   | Valor Con-tábil | Valor justo   |               |
| Caixa e equivalentes de caixa              | Nível 1   | amortizado       | 2.296         | 2.296           | 18.024        | 18.024        |
| Aplicação financeira                       | Nível 2   | amortizado       | 2.722         | 2.722           | 2.471         | 2.471         |
| Contas a receber                           | Nível 2   | Custo amortizado | 57.349        | 57.350          | 53.920        | 53.920        |
| Outras contas a receber                    | Nível 2   | Custo amortizado | 1.599         | 1.598           | 1.923         | 1.923         |
| Mútuos a receber de partes relacionadas    | Nível 2   | Custo amortizado | 27.596        | 27.596          | 20.354        | 20.354        |
| <b>Total</b>                               |           |                  | <b>91.562</b> | <b>91.562</b>   | <b>96.692</b> | <b>96.692</b> |
| <b>Passivos financeiros:</b>               |           |                  |               |                 |               |               |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio | Nível 2   | Custo amortizado | 31.305        | 31.305          | 265           | 265           |
| Fornecedores                               | Nível 2   | Custo amortizado | 17.611        | 17.611          | 18.642        | 18.642        |
| Mútuos a pagar a partes relacionadas       | Nível 2   | Custo amortizado | 258           | 258             | 213           | 213           |
| Empréstimos e financiamentos               | Nível 2   | Custo amortizado | 27.982        | 27.982          | 31.131        | 31.131        |
| Outras contas a pagar                      | Nível 2   | Custo amortizado | 8             | 8               | -             | -             |
| <b>Total</b>                               |           |                  | <b>77.164</b> | <b>77.164</b>   | <b>50.251</b> | <b>50,251</b> |

**Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Empresa estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos, que inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **Nível 2** - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3** - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável. **9. Aspectos ambientais:** As operações da Empresa estão sujeitas a riscos ambientais, os

| Custo do Imobilizado                                 | Saldo 2020     | Adição        | Baixa        | Transferência | Fechamento | Reorganização societária | Saldo 2021     |
|--|----------------|---------------|--------------|---------------|------------|--------------------------|----------------|
| <i>Centrais de tratamento de resíduos - aterros:</i> |                |               |              |               |            |                          |                |
| Aterro e infra em aterros                            | 102.280        | 1.800         | -            | 4.188         | -          | -                        | 108.268        |
| Terrenos, edificações e construção civil             | 13.607         | 8.195         | -            | 11.147        | -          | -                        | 32.949         |
| Benefitorias em bens de terceiros                    | 563            | -             | -            | -             | -          | -                        | 563            |
| Máquinas e equipamentos                              | 20.298         | 2.118         | -            | 286           | -          | -                        | 22.702         |
| Móveis e utensílios                                  | 656            | 182           | -            | -             | -          | -                        | 838            |
| Equipamentos de informática                          | 599            | 155           | -            | -             | -          | -                        | 754            |
| Veículos e equipamentos                              | 93             | 427           | -            | -             | -          | -                        | 520            |
| Imobilizado em andamento                             | 23.017         | 28.034        | (515)        | (15.621)      | -          | -                        | 34.915         |
| <b>Total</b>   | <b>161.113</b> | <b>40.911</b> | <b>(515)</b> | <b>-</b>      | <b>-</b>   | <b>-</b>                 | <b>201.509</b> |

quais são amenizados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados. A Empresa realiza mensalmente provisão para fechamento, e pós-fechamento neste caso para monitoramento e a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento, bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período pré-estabelecido no processo de licenciamento, ou de acordo com a NBR 13.896 que determina o monitoramento por um período de 20 anos após o seu fechamento podendo o mesmo ser reduzido ou estendido, vide nota explicativa nº 18b. As provisões de recuperação operacional do sistema de aterro da Empresa são constituídas mensalmente, assim como o seu custo médio de formação, vide nota explicativa nº 18c. A Empresa não mantém nenhuma provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil. **10. Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários: 10.1 Caixa e equivalentes de caixa**

|  | 2021         | 2020          |
|--|--------------|---------------|
| Caixa                                  | 41           | 43            |
| Bancos                                 | 819          | -             |
| Certificado de depósito bancário (CDB) | 1.436        | 17.981        |
|  | <b>2.296</b> | <b>18.024</b> |

As aplicações financeiras referem-se a certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média do CDI em 80% em 2021 (80,36% em 2020), não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor. A exposição da Empresa a riscos de taxas de juros e liquidez são divulgadas na nota explicativa nº 8. **10.2 Títulos e valores mobiliários:** O montante de R\$2.722 (R\$2.471 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a aplicações financeiras exigidas como garantia do contrato de financiamento junto ao BNDES (vide nota explicativa 17). Dessa maneira, não atende ao critério de reconhecimento de caixa e equivalente de caixa, sendo considerada uma aplicação financeira de longo prazo. **11. Contas a receber de clientes:** São compostas como segue:

| Nota explicativa          | 2021          | 2020          |
|---------------------------|---------------|---------------|
| <b>Clientes públicos:</b> |               |               |
| Valores faturados         | 25.926        | 22.468        |
| Medições a faturar        | 14.599        | 11.974        |
|                           | <b>40.525</b> | <b>34.442</b> |

| Clientes privados:         | 2021          | 2020          |
|----------------------------|---------------|---------------|
| Valores faturados          | 10.141        | 15.489        |
| Medições a faturar         | 2.963         | 3.600         |
|                            | <b>13.104</b> | <b>19.089</b> |
| Perdas de crédito esperada | (795)         | (437)         |
| Créditos de Carbono        | 2.958         | -             |
| Partes relacionadas        | 2             |               |